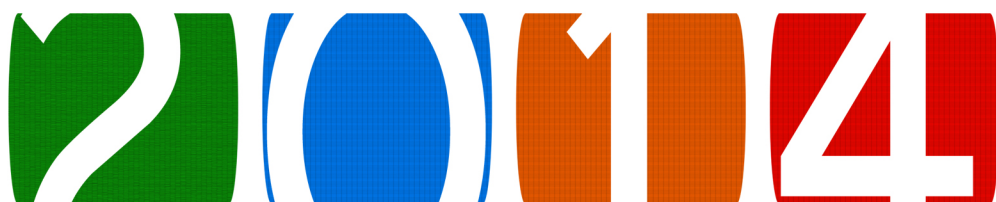


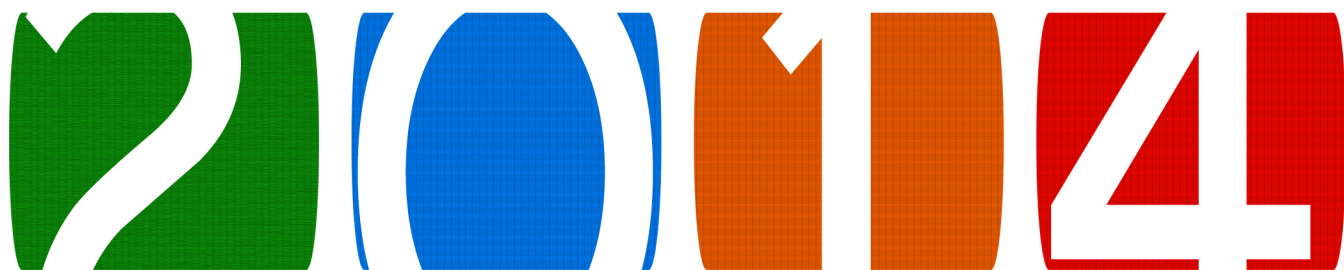
Consolidação de Contas

Índice

- 1 | Relatório de Gestão Consolidado
- 2 | Balanço Consolidado
- 3 | Demonstração de Resultados Consolidada
- 4 | Fluxos de Caixa Consolidados
- 5 | Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas
- 6 | Certificação Legal das Contas



Consolidação de Contas



Consolidação de Contas

1

Relatório de Gestão Consolidado

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos tem-se assistido, em Portugal, a uma alteração de paradigma ao nível do desenvolvimento das atribuições e competências dos municípios, que, numa lógica de grupo municipal, têm vindo a recorrer a formas organizacionais diversas, nomeadamente de natureza empresarial. O Município de Matosinhos não foi exceção e constituiu duas empresas Municipais: em 1999, a MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, que, sob a tutela da Câmara Municipal Matosinhos, teria como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município; e, no ano 2002, a MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M., que visaria assegurar o planeamento, a administração, a gestão e a manutenção de espaços e equipamentos desportivos da autarquia, bem como de promover e realizar atividades de animação desportiva e programas municipais de fomento desportivo.

Neste contexto, facilmente se compreende que a análise das contas individuais não permite uma visão global da situação financeira do grupo municipal. Atendendo à necessidade de avaliação integrada do conjunto das atividades desenvolvidas e à necessidade de objetividade e transparência da informação, a apresentação de contas consolidadas torna-se imperativa.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem apropriada e verdadeira da situação financeira e dos resultados do grupo municipal, permitindo uma análise e avaliação das políticas públicas locais.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, determina a obrigatoriedade da consolidação de contas. De facto, o n.º 1 do artigo 75.º estabelece que “Sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

De acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades. A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado

Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que o grupo autárquico engloba o Município de Matosinhos e as duas empresas municipais acima mencionadas: MatosinhosHabit - MH, EM e MS - Matosinhos Sport, EM.

A Matosinhos Sport – Empresa Municipal de Desporto, foi constituída com o objetivo de proporcionar um serviço de qualidade na gestão e manutenção dos equipamentos desportivos e, através dos Programas Municipais de Fomento Desportivo, incentivar a prática desportiva da generalidade dos cidadãos. Partindo deste pressuposto e procurando incrementar, melhorar e diversificar continuamente a oferta desportiva, a Matosinhos Sport, hoje denominada MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.M., apoia, de forma criteriosa, o fomento desportivo e colabora ativamente com a Câmara Municipal de Matosinhos no campo do Associativismo Desportivo. A MatosinhosHabit-MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM, tem como objeto social a gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da empresa e do município, a promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade, sendo responsável pela gestão de parque habitacional propriedade da Câmara Municipal de Matosinhos num total de 4331 fogos distribuídos por todas as freguesias do concelho.

3. MÉTODO DE CONSOLIDAÇÃO

O método adotado na consolidação de contas do município de Matosinhos foi o método de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

4. ANÁLISE PATRIMONIAL

4.1. Enquadramento macroeconómico

A crise financeira e económica internacional afetou também, como é público, a economia portuguesa. Sobretudo a partir de 2009, mas já com significado em 2008, a atividade económica em Portugal foi fortemente condicionada pela propagação dos efeitos da crise, que se fez sentir, igualmente, nos principais parceiros comerciais do nosso país.

Inevitavelmente, a quebra das receitas do Estado e, em geral, o funcionamento dos estabilizadores automáticos, a par das medidas, concertadas entre os vários Estados-membros da União Europeia, de estímulo à economia e de apoio às empresas, aos desempregados e às famílias, tiveram consequências negativas sobre as contas públicas de todos os países. Portugal não foi exceção, pelo que o processo de consolidação orçamental foi interrompido em 2008, em grande parte devido a uma significativa diminuição das receitas fiscais.

A economia portuguesa esteve desde 2011, e até maio de 2014, sob influência do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado entre o governo português e o FMI, a Comissão Europeia e o BCE. Este programa incorpora uma estratégia que visa corrigir os desequilíbrios macroeconómicos e financeiros e proceder a uma alteração estrutural da economia portuguesa, criando as condições para um crescimento económico sustentado e gerador de emprego. O súbito e substancial agravamento das condições de financiamento da economia portuguesa em 2011, conjugada com altos níveis de endividamento, impôs substituir financiamento privado por financiamento oficial. A consolidação orçamental, conjugada com um rápido ajustamento por parte das empresas e das famílias portuguesas, conduziu a uma

forte contração da procura interna tanto do lado do consumo (quer público, quer privado), como, e especialmente, do lado do investimento. Este efeito de compressão da procura interna resultou num ajustamento mais rápido que o previsto dos saldos negativos da balança corrente, quer por via da redução das importações quer pelo aumento das exportações, em parte associado ao esforço das empresas portuguesas na procura de novos mercados para colocação dos seus produtos, sendo de destacar o contributo relevante de empresas surgidas ao longo da última década.

Apesar do contexto internacional desfavorável em que foi implementado o PAEF, há que registar uma correção assinalável dos desequilíbrios económicos internos e externos da economia portuguesa. Em particular, assinala-se a consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, a melhoria do saldo das contas externas, traduzida numa capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa, bem como uma reafetação de recursos no sentido dos setores produtores de bens e serviços transacionáveis.

2014 ficou marcado por um aumento de 0,9% do PIB (face a -1,6% em 2013), a primeira variação positiva registada desde 2010. De acordo com os dados da Balança de Pagamentos divulgados para o mês de dezembro de 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento homólogo de 2,5% no ano de 2014. A componente de Serviços registou uma melhor performance relativamente à dos Bens (4,0% e 1,7%, respetivamente) e destacou-se com o maior contributo para o crescimento do total das exportações (1,3 p.p.).

Assim, em 2014 a atividade económica em Portugal manteve a trajetória de aceleração moderada iniciada em 2013. A evolução do PIB refletiu uma recuperação da procura interna e das exportações, embora estas tenham registado um crescimento inferior ao de 2013, abaixo do crescimento da procura externa dirigida à economia portuguesa. Esta evolução foi condicionada pela forte diminuição das exportações de bens energéticos. Por outro lado, a recuperação da procura interna, após quedas consecutivas desde 2011, refletiu o aumento do consumo privado, em linha com o rendimento disponível real, e da formação bruta de capital fixo (FBCF), nomeadamente da componente empresarial. O consumo público, por seu lado, voltou a diminuir em 2014, no quadro da continuação do processo de consolidação orçamental.

Em 2014, o crescimento da atividade económica foi acompanhado por um aumento do emprego, que inverteu uma tendência de queda registada desde 2009. Esta evolução refletiu o aumento do emprego no setor privado, tendo o emprego no setor público continuado a diminuir. No mesmo período, a taxa de desemprego diminuiu de uma forma marcada (-2,3 pontos percentuais (p.p.)), mantendo-se contudo em níveis elevados (13,9 por cento).

A performance apresentada pelo Município de Matosinhos é globalmente positiva, evidenciando que a autarquia tem conseguido manter o equilíbrio financeiro assim como o nível de investimentos dos últimos anos.

4.2 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Autárquico à data de encerramento do exercício 2014, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e Capital Próprio do Grupo que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem de fundos.

A estrutura do Ativo reparte-se em Imobilizado – ou Ativo Fixo – e em Ativo Circulante. Por seu lado, a estrutura do Passivo é repartida entre o Capital Próprio ou Fundos Próprios e o Passivo.

Quadro n.º 1
Síntese da Estrutura do Balanço Consolidado

(Un: Euros)

Descrição	2014	
	Valor	Peso %
ATIVO		
IMOBILIZADO	622 607 644,23	93,1
<i>Bens de Domínio Público</i>	90 523 855,49	13,5
<i>Imobilizações Incorpóreas</i>	402 619,99	0,1
<i>Imobilizações Corpóreas</i>	530 362 289,28	79,3
<i>Investimentos Financeiros</i>	1 318 879,47	0,2
CIRCULANTE	45 877 825,01	6,9
<i>Existências</i>	379 155,00	0,1
<i>Dívidas de Terceiros - Médio/ Longo Prazos</i>	36 754,26	0,0
<i>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo</i>	31 022 225,60	4,6
<i>Títulos Negociáveis</i>	0,00	0,0
<i>Disponibilidades</i>	11 704 603,60	1,8
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	2 735 086,55	0,4
TOTAL DO ATIVO	668 485 469,24	100,0
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
FUNDOS PRÓPRIOS	459 428 630,21	68,7
<i>Património</i>	455 383 739,19	68,1
<i>Ajustamento partes Capital</i>	0,00	0,0
<i>Reservas</i>	18 044 308,19	2,7
<i>Resultados Transitados</i>	-83 501,96	0,0
<i>Resultado Líquido do Exercício</i>	-13 915 915,21	-2,1
PASSIVO	209 056 839,03	31,3
<i>Provisões para riscos e encargos</i>	12 583 386,97	1,9
<i>Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</i>	36 794 058,57	5,5
<i>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</i>	13 732 496,61	2,1
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	145 946 896,88	21,8
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	668 485 469,24	100,0

O Balanço Consolidado quando comparado com o Balanço do Município de Matosinhos permite verificar o forte peso do enquanto entidade-mãe, cuja representatividade é superior a 99% e, como tal, responsável pela apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do grupo.

Através da análise da estrutura do **Ativo**, podemos constatar que o peso relativo do Ativo Fixo é de 93,1%, muito semelhante aliás ao peso em termos das contas individuais das contas do município de Matosinhos (93,2%). Em termos de grupo, o município assume aqui uma posição

dominante, responsável em 99,6% por este agregado. Em termos de Ativo Circulante, que na estrutura do ativo consolidado tem um peso de apenas 6,9%, a posição do município apresenta um peso ligeiramente menor (98,2%)

No que diz respeito à estrutura do **Passivo**, e tendo em consideração que a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2015 (amortizações de capital) se encontra relevada na rubrica de Dívidas a Terceiros a Curto Prazo e que representa 3,927 milhões de euros, poderemos afirmar que a dívida de maior expressão é, sem qualquer margem para dúvida, a de médio/longo prazo, apesar de toda ela ter assistido decréscimo entre 2013 e 2014, aliás seguindo a tendência dos últimos anos. De facto, a utilização menos intensa dos empréstimos de longo prazo previamente contratados, face ao que havia ocorrido em 2012, a reformulação de candidaturas aos fundos comunitários (através do aumento do valor elegível e/ou da taxa de comparticipação), associado ao esforço bem sucedido de redução da dívida de curto prazo, foram determinantes para este resultado.

Já na estrutura dos **Fundos Próprios** consolidados, que representam, no final do exercício, 459.428.630,21 euros, o destaque vai para a rubrica correspondente ao Património do grupo municipal que tem um peso de 99,1% neste agregado.

4.3 Análise da Demonstração de Resultados

Com a Demonstração de Resultados pretende-se aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a prognosticar a capacidade do grupo municipal em gerar fluxos de caixa.

Analizando a estrutura dos **Custos e Perdas** do grupo autárquico, podemos desde logo constatar que são os Custos com Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE's) e as Amortizações do Exercício os que mais contribuem para o seu total. Sendo o peso dos FSE's ligeiramente superior ao das amortizações, o peso dos custos com pessoal superou-os, em 2014, em mais de 5 p.p.

Do lado dos **Proveitos** há que salientar o peso que os Impostos e Taxas assumem no total dos proveitos, sendo responsáveis, por si só, por 44,2% dos proveitos do grupo municipal. Porém, convirá também realçar a forte queda deste agregado entre 2013 e 2014, em 7 milhões de euros, aliás como já havia acontecido entre 2012 e 2013. De facto, os impostos e taxas caíram em dois anos 13 milhões de euros fruto da tendência fortemente decrescente de todos os impostos cuja receita reverte para os municípios, com exceção do IMI. O IMI, fruto do processo de avaliação geral dos prédios urbanos ocorrida assistiu, entre 2012 e 2013 a uma diminuição de 2,52 milhões de euros; porém, fruto do término das isenções, ultrapassou em 2014 o valor arrecadado em 2012. Também o IMT e a Derrama tiveram evoluções muito desfavoráveis desde o ano 2010 resultante de uma conjuntura económica altamente desfavorável: o primeiro apresentou uma quebra de 52% e a segunda de 43,5%, o que se traduziu na quebra de 9 milhões de euros em 4 anos nestes dois impostos. Não obstante, entre 2013 e 2014 houve um ligeiro crescimento do IMT arrecadado (cerca de 400 mil euros) Os Proveitos e Ganhos Extraordinários assistiram, por seu lado, a um decréscimo de 42,6% face ao ano anterior, explicado pela diminuição registada na conta 79.6.2 - Reduções de Provisões para cobranças duvidosas e riscos e encargos de processos judiciais em curso.

Quadro n.º 2
Síntese da Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Descrição	2014	
	Valor	Peso %
CUSTOS E PERDAS		
Custo da Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	712 299,76	0,7
Fornecimentos e Serviços Externos	28 063 486,39	26,4
Custos com o Pessoal	33 527 269,29	31,6
Transferências e Subs. Correntes Concedidos e Prestações Sociais	7 900 620,59	7,4
Amortizações do Exercício	27 112 558,68	25,5
Provisões do Exercício	3 285 053,39	3,1
Outros Custos Operacionais	297 251,26	0,3
(A) Custos e Perdas Operacionais	100 898 539,36	95,0
Custos e Perdas Financeiros	922 268,15	0,9
(C) Custos e Perdas Correntes	101 820 807,51	95,9
Custos e Perdas Extraordinários	4 359 341,92	4,1
Total dos Custos e Perdas	106 180 149,43	100,0
PROVEITOS E GANHOS		
Vendas e Prestações de Serviços	16 872 437,08	18,3
Impostos e Taxas	40 735 553,57	44,2
Variação da Produção	0,00	0,0
Trabalhos para a Própria Entidade	0,00	0,0
Proveitos Suplementares	14 459,99	0,0
Transferências e Subsídios Obtidos	23 504 968,65	25,5
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	100 000,00	0,1
(B) Proveitos e Ganhos Operacionais	81 227 419,29	88,0
Proveitos e Ganhos Financeiros	310 342,06	0,3
(D) Proveitos e Ganhos Correntes	81 537 761,35	88,4
Proveitos e Ganhos Extraordinários	10 726 472,87	11,6
Total dos Proveitos e Ganhos	92 264 234,22	100,0
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-19 671 120,07	
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	-611 926,09	
Resultados Correntes: (D) - (C)	-20 283 046,16	
Resultados Extraordinários:	6 367 130,95	
Resultado Líquido do Exercício: (F) - (E)	-13 915 915,21	

4.4 Dívida do Grupo Municipal

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: do nível de receitas arrecadadas e do volume de investimento a realizar.

Apesar da receita efetiva ter sido de cerca de 94,5 milhões de euros, o recurso ao financiamento bancário revelou-se uma importante estratégia para fazer face às despesas de investimento do grupo municipal.

Quadro n.º 3
Evolução do Stock da Dívida

(Un: Euros)

Descrição	2011	2012	2013	2014
1- Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no início do período	42 047 221,74	46 834 400,59	45 504 340,02	40 803 242,55
2 - Empréstimos contraídos e utilizados no período	9 456 255,80	4 313 825,40	634 116,49	2 845 225,18
3 - Juros Capitalizados	0,00	0,00	0,00	0,00
4 - Amortizações do período	4 669 076,95	5 643 885,97	5 335 213,96	4 080 066,67
5 - Rectificação de anos anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida decorrente de empréstimos de m/l prazo no final do período (1+2+3-4)	46 834 400,59	45 504 340,02	40 803 242,55	39 568 401,06
Taxa de Crescimento da Dívida	11,4%	-2,8%	-10,3%	-3,0%

O quadro anterior espelha a evolução da dívida decorrente de empréstimos de médio e longo prazo do grupo municipal, e que se confina apenas ao município, nos últimos quatro anos, verificando-se uma tendência descendente, uma vez que a dívida passou, de 49.606.021,40 euros, em 2007, para 39.568.401,06 euros em 2014 (redução de cerca de 10 milhões de euros em 7 anos). Esta tendência inverteu-se em 2011, fruto da utilização quer dos empréstimos relacionados com o PROHABITA, quer sobretudo pela utilização do empréstimo contratado em 2009 para financiamento de diversos empreendimentos, a maior parte dos quais co-financiados por fundos comunitários, mas retomou logo em 2012, reforçando-se com grande expressão no exercício de 2013.

4.5 Indicadores de Gestão

4.5.1 Indicadores de Natureza Patrimonial

Os indicadores patrimoniais são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua capacidade de endividamento. No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 13,6% quer do ativo total do município de Matosinhos quer do ativo total do grupo autárquico) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro n.º 4 relativamente ao grupo municipal, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.

Quadro n.º 4

Indicadores	2014
Estrutura do Ativo	
Ativo fixo / Ativo Total	93,1%
Ativo Circulante / Ativo Total	6,9%
Ativo Fixo / Ativo Circulante	1357,1%
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo Total	17,6%
Passivo curto prazo / Passivo Total	6,6%
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	267,9%
Análise do Ativo Fixo	
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	16,92
Amortizações Acumuladas / Imobilizado Bruto	33,4%
Análise do Passivo Exigível	
- Coeficiente de endividamento a curto prazo	
Dívida de curto prazo / Património Líquido	3,0%
- Coeficiente de endividamento a longo prazo	
Dívida de médio longo prazo / Património Líquido	8,0%
Índices de Liquidez	
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	85,2%
Ativo circulante / Exigível a curto prazo	334,1%
Índice de Solvência	
Dívidas a terceiros / Ativo total	7,6%

Pela análise dos rácios da estrutura do ativo, podemos ver que o peso do ativo circulante no total do ativo continua muito ténue, ao contrário do que se passa com o ativo fixo. De facto, o peso do ativo fixo sobre o circulante é enorme (1.357,1%), tendo-se assistido a um reforço relativamente ao ano transato quer pelo aumento do ativo fixo, quer pela diminuição das disponibilidades.

No que se refere à estrutura do passivo, o passivo de curto prazo assume, no passivo total do grupo municipal, cerca de um terço do peso do passivo de médio e longo prazo, mantendo a tendência, que desde 2011 tem sido tendência descendente. Se a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2015 (amortizações de capital) não se encontrasse relevada na rubrica de Dívidas a Terceiros a Curto Prazo, o passivo de curto prazo seria inferior em 3,9 milhões de euros, atingindo o montante de 9,8 milhões de euros.

Isto mesmo pode ser constatado também nos rácios referentes à análise do passivo exigível: o coeficiente de endividamento de curto prazo é inferior ao coeficiente de endividamento de médio e longo prazo em 5 p.p. .

O Ativo Fixo constitui basicamente o investimento direto do grupo municipal, líquido das depreciações que entretanto vão ocorrendo. A relação do ativo fixo com o endividamento a médio e longo prazo, permite-nos aferir da percentagem do imobilizado avaliado que está a ser financiado por endividamento a médio e longo prazo, traduzindo, igualmente, a garantia, em bens, aos seus financiadores. Analisado o rácio encontrado, verifica-se que o ativo fixo supera o endividamento de médio e longo prazo em cerca de 17 vezes. No entanto, e como já foi atrás referido, há que ter algum cuidado ao analisá-lo, já que cerca de 13,6% do imobilizado avaliado do grupo municipal são bens de domínio público. Portanto este indicador de solvabilidade deverá ser encarado como meramente indicativo.

A relação entre as Amortizações Acumuladas e o Imobilizado Bruto aponta o coeficiente de envelhecimento do imobilizado; se o aumento das amortizações acumuladas for superior ao aumento do imobilizado bruto a tendência será para o seu envelhecimento. Em 2014, este indicador assumiu, para o grupo municipal, o valor de 33,4%, ligeiramente superior ao verificado em 2013 (31,4%).

Passando agora à análise dos índices de liquidez, e particularizando o índice de liquidez imediata, conclui-se que, no final de 2014, as disponibilidades, em termos de grupo municipal, eram pouco menos do passivo de curto prazo. Se a este retirarmos a dívida relativa a empréstimos de médio e longo prazo que será paga durante o ano 2015, teríamos uma situação em que as disponibilidades do grupo superavam a dívida de curto prazo em 1,9 milhões de euros.

Da análise de índice de solvência, podemos corroborar a manutenção de uma situação financeira positiva do grupo e com uma tendência claramente demarcada: de facto, o peso das dívidas a terceiros no Ativo Total é de apenas 7,6%. Tem-se assistido, desde 2010, a uma melhoria considerável deste índice: em 2013 apresentava um valor de 8,1%; em 2012 de 9,1%; em 2011, de 11,7%; e no ano 2010 de 12,7%.

Finalmente, haverá ainda que fazer referência aos Índices de Solvabilidade que traduzem a capacidade do grupo autárquico, como um todo, solver as suas obrigações numa perspetiva de

médio/longo prazo, isto é, trata-se de uma questão de liquidez na ótica da capacidade de continuar a gerar recursos financeiros suficientes para liquidar as dívidas nos prazos devidos. Em suma, medem a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade e, portanto, um valor baixo destes indicadores é sinónimo de fragilidade económico-financeira, podendo representar a inviabilidade da mesma a médio/longo prazo. Estes índices poderão ser vistos sob três óticas, assumindo, em todas elas, valores muito confortáveis:

Solvabilidade I	
Fundo Patrimonial / Passivo	219,8%
Solvabilidade II	
Ativo Líquido / Passivo	319,8%
Solvabilidade Adaptado	
Ativo Líquido s/ BDPub / Passivo	276,5%

Solvabilidade I – relaciona os Fundos Próprios com o Passivo;

Solvabilidade II – relaciona o Ativo Líquido com o Passivo (indica a solvabilidade em sentido estrito e deve ser superior a 100%, caso contrário evidencia uma situação líquida negativa);

Solvabilidade Adaptado - relaciona o Ativo Líquido expurgado dos bens de domínio público com o Passivo.

5. MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO

O mapa de fluxos de caixa consolidado funciona como um documento síntese de toda a execução orçamental do grupo municipal, articulando e equilibrando os recebimentos e os pagamentos, quer de operações orçamentais, quer de operações de tesouraria.

O resultado dos movimentos financeiros ocorridos no grupo municipal como um todo durante o ano 2014, aparece refletido no Quadro n.º 5, verificando-se que as entradas de fundos corresponderam a 102.247.172,15 euros, dos quais 94.535.880,89 euros são provenientes de receitas orçamentais e 7.711.291,26 euros resultantes de Operações de Tesouraria.

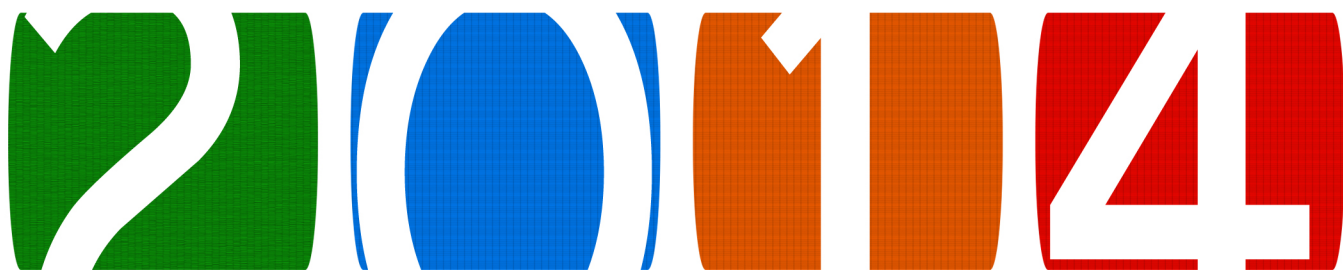
Desta forma, sendo a Despesa Global, em termos orçamentais (95.908.687,34 euros), inferior em 1.372.806,45 euros à receita efetivamente cobrada, e existindo um saldo inicial de 8.933.825,67 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será de 7.561.019,22 euros. A este saldo acrescem 4.143.584,38 euros como saldo de operações de tesouraria.

Quadro n.º 5
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Saldo da Gerência anterior	12 815 474,75	Despesas Orçamentais	95 908 687,34
Execução Orçamental	8 933 825,67	Correntes	75 338 929,50
Operações de Tesouraria	3 881 649,08	Capital	20 569 757,84
Receitas Orçamentais	94 535 880,89	Operações de Tesouraria	7 449 355,96
Correntes	86 151 861,14	Saldo para a Gerência	
Capital	8 373 997,97	Seguinte	11 704 603,60
Outras	10 021,78	Execução Orçamental	7 561 019,22
Operações de Tesouraria	7 711 291,26	Operações de Tesouraria	4 143 584,38
Total	115 062 646,90	Total	115 062 646,90

Da análise do quadro podemos verificar que, no ano de 2014, o fluxo financeiro de entradas em cofre e destinados a outras entidades foi de 7.711.291,26 euros, enquanto que os movimentos de saída totalizaram o valor de 7.449.355,96 euros. Estas Operações de Tesouraria (OT) são operações de entrada e saída de fundos à margem do orçamento, sendo apenas objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial. São consideradas OT as cobranças que os serviços municipais realizam para terceiros.



Consolidação de Contas

2

Balanço Consolidado

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2014

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	ANO 2014			ANO 2013
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
451	Bens de domínio público				
452	Terrenos e recursos naturais	13 598 863,42	0,00	13 598 863,42	6 096 752,43
453	Edifícios	3 129 627,61	221 765,11	2 907 862,50	2 757 585,94
454	Outras construções e infra-estruturas	249 531 290,26	184 744 366,37	64 786 923,89	73 282 312,32
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	2 161 070,12	177 372,92	1 983 697,20	2 006 023,19
459	Outros bens de domínio público	1 641 270,42	407 439,00	1 233 831,42	1 187 147,03
445	Imobilizações em curso	6 012 677,06	0,00	6 012 677,06	8 671 286,47
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
		276 074 798,89	185 550 943,40	90 523 855,49	94 001 107,38
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 767 228,53	1 669 771,54	97 456,99	125 852,69
433	Propriedade industrial e outros direitos	190 016,69	81 332,62	108 684,07	110 609,40
443	Imobilizações em curso	196 478,93	0,00	196 478,93	196 478,93
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
		2 153 724,15	1 751 104,16	402 619,99	432 941,02
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	137 371 469,43	0,00	137 371 469,43	132 315 034,46
422	Edifícios e outras construções	449 844 395,24	93 650 036,60	356 194 358,64	351 736 956,16
423	Equipamento básico	14 014 916,54	12 054 697,68	1 960 218,86	2 139 878,13
424	Equipamento de transporte	3 627 831,01	3 394 485,25	233 345,76	307 541,73
425	Ferramentas e utensílios	1 571 625,17	1 557 732,23	13 892,94	8 606,67
426	Equipamento administrativo	8 887 279,05	8 384 582,30	502 696,75	481 438,93
427	Taras e vasilhame	569,24	569,24	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	10 257 026,28	6 418 482,90	3 838 543,38	1 968 799,35
442	Imobilizações em curso	30 177 389,88	0,00	30 177 389,88	34 477 804,97
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	70 373,64	0,00	70 373,64	70 373,64
		655 822 875,48	125 460 586,20	530 362 289,28	523 506 434,04
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	1 328 754,00	10 000,00	1 318 754,00	1 319 152,99
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	125,47	0,00	125,47	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
		1 328 879,47	10 000,00	1 318 879,47	1 319 152,99
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	379 155,00	0,00	379 155,00	416 378,80
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00
32	Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00
		379 155,00	0,00	379 155,00	416 378,80
282	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
	Empréstimos concedidos	36 754,26	0,00	36 754,26	58 437,62
		36 754,26	0,00	36 754,26	58 437,62
281	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0,00	0,00
211	Clientes c/c	779 829,55	0,00	779 829,55	486 817,25
212	Contribuintes c/c	741 543,39	739 236,35	2 307,04	708 575,22
213	Utentes c/c	275 683,09	202 219,04	73 464,05	560 269,45
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	4 332 861,55	4 199 007,31	133 854,24	144 614,09
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	71 587,61	0,00	71 587,61	71 587,61
24	Estado e outros entes públicos	73 304,39	0,00	73 304,39	77 911,59
264	Administração autárquica	299 573,85	0,00	299 573,85	299 573,85
262+263+267+268	Outros devedores	40 266 140,75	10 677 835,88	29 588 304,87	35 576 890,29
		46 840 524,18	15 818 298,58	31 022 225,60	37 926 239,35
	Títulos negociáveis:				
151	Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
12	Depositos em instituições financeiras e Caixa:				
11	Caixa	11 553 263,88	0,00	11 553 263,88	12 777 839,09
		151 339,72	0,00	151 339,72	37 635,66
		11 704 603,60	0,00	11 704 603,60	12 815 474,75
271	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos	2 618 011,47	0,00	2 618 011,47	3 109 844,52
272	Custos diferidos	117 075,08	0,00	117 075,08	85 930,51
		2 735 086,55	0,00	2 735 086,55	3 195 775,03
	Total de amortizações		312 762 633,76		
	Total de provisões.....		15 828 298,58		
	Total do activo	997 076 401,58	328 590 932,34	668 485 469,24	673 671 940,98

BALANÇO CONSOLIDADO

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO 2014

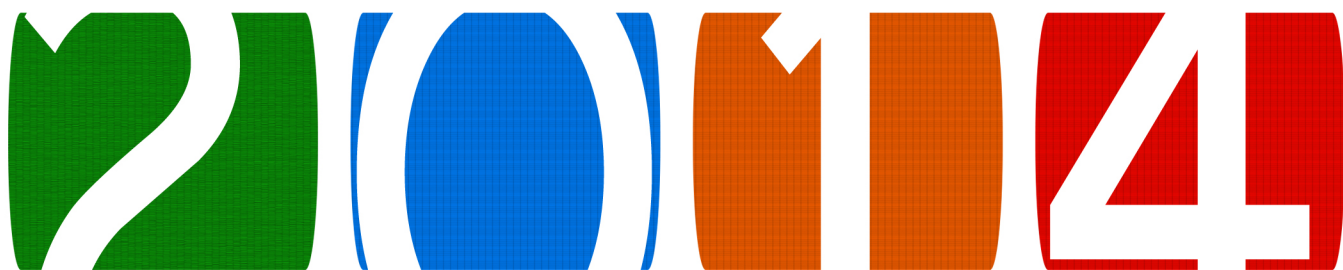
CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	ANO 2014	ANO 2013
51	Fundos próprios:		
55	Patrimônio	455 383 739,19	425 681 535,42
56	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00
	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas:	0,00	0,00
571	Reservas legais	2 524 018,39	2 352 232,01
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	7 740 541,98	8 869 329,16
576	Doações	7 779 747,82	7 779 747,82
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00
	Outras Variações no Capital Próprio	0,00	0,00
59	Resultados transitados	-83 501,96	7 686 140,92
88	Resultado líquido em exercício	-13 915 915,21	2 696 658,60
		459 428 630,21	455 065 643,93
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	12 583 386,97	9 904 092,90
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	35 640 978,15	36 776 514,76
2212+2214	Fornecedores c/c	268 129,08	589 883,88
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	884 951,34	3 045 093,67
		36 794 058,57	40 411 492,31
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2312	Empréstimos de Médio e Longo Prazo	3 927 422,90	4 026 727,78
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	142 156,47
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
2211+2212+2214+2215	Fornecedores c/c	1 202 176,60	2 178 843,74
2213	Fornecedores - Cauções e Garantias	2 724,60	2 724,60
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	1 214 244,89	342 348,93
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00
2611+2614+2615	Fornecedores de imobilizado c/c	1 302 801,05	2 542 113,65
2612	Fornecedores Imobilizado c/ cauções e garantias	2 592 367,07	2 390 688,46
2613	Fornec. Imobiliz. - Fact. Recepção Conferencia	910 859,76	25 822,51
24	Estado e outros entes públicos	673 890,38	671 731,72
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+265+267+268	Outros credores	1 494 920,90	1 481 041,35
217	Clientes e Utentes com Cauções	411 088,46	403 270,56
		13 732 496,61	14 207 469,77
	Acréscimos e Diferimentos:		
273	Acréscimos de Custos	5 994 704,67	6 107 849,75
274	Proveitos diferidos	139 952 192,21	147 975 392,32
		145 946 896,88	154 083 242,07
	Total do passivo	209 056 839,03	218 606 297,05
	Total dos fundos próprios e do passivo	668 485 469,24	673 671 940,98

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ____ de ____ de ____



Consolidação de Contas

3

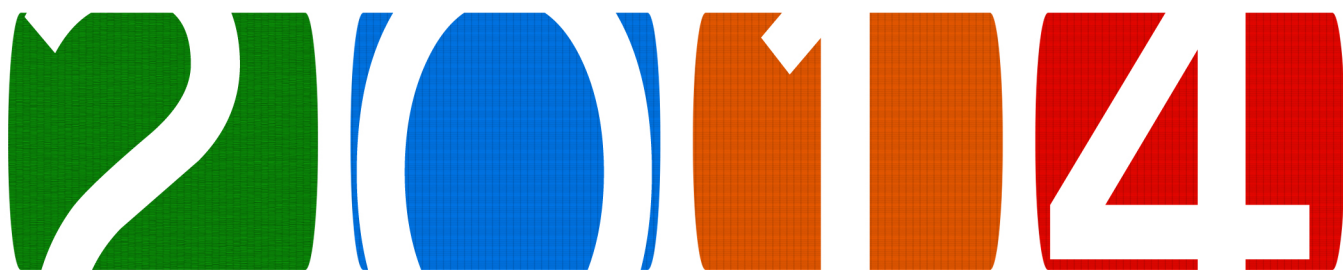
Demonstração de Resultados
Consolidada

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

ENTIDADE GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2014

CÓDIGO DAS CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO	
		2014	2013
61	Custos e perdas		
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	20 988,70	13 408,84
	Matérias	691 311,06	644 998,89
62	Fornecimentos e serviços externos:	28 063 486,39	25 791 467,91
	Custos com o pessoal:	0,00	0,00
641+642	Remunerações	25 840 524,45	26 250 340,62
643 a 648	Encargos sociais	7 686 744,84	7 208 359,09
63	Transferências e subs. Correntes concedidos e prestações sociais	7 900 620,59	6 564 661,47
66	Amortizações do exercício	27 112 558,68	25 857 392,34
67	Provisões do exercício	3 285 053,39	139 527,91
65	Outros custos operacionais	297 251,26	147 671,31
		0,00	0,00
	(A)	100 898 539,36	92 617 828,38
68	Custos e perdas financeiros	922 268,15	887 066,36
		0,00	0,00
	(C)	101 820 807,51	93 504 894,74
69	Custos e perdas extraordinários	4 359 341,92	8 625 581,82
	(E)	106 180 149,43	102 130 476,56
	Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00
	(G)	106 180 149,43	102 130 476,56
88	Resultado líquido do exercício	-13 915 915,21	2 696 658,60
	(X)	92 264 234,22	104 827 135,16
	Proveitos e ganhos		
	Vendas e prestações de serviços:		
7111	Venda de mercadorias	3 479,81	3 138,60
7112+7113	Venda de produtos	71 333,44	63 201,12
712	Prestações de serviços	16 797 623,83	9 434 131,01
72	Impostos e taxas	40 735 553,57	47 749 439,98
(a)	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	14 459,99	17 135,51
74	Transferências e subsídios obtidos	23 504 968,65	26 271 273,55
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	100 000,00	2 100 349,46
		0,00	0,00
	(B)	81 227 419,29	85 638 669,23
78	Proveitos e ganhos financeiros	310 342,06	491 116,28
	(D)	81 537 761,35	86 129 785,51
79	Proveitos e ganhos extraordinários	10 726 472,87	18 697 349,65
	(F)	92 264 234,22	104 827 135,16
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)	-19 671 120,07	-6 979 159,15
	Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-611 926,09	-395 950,08
	Resultados Correntes: (D - C)	-20 283 046,16	-7 375 109,23
	Resultado Líquido de Exercício: (F - E)	-13 915 915,21	2 696 658,60



Consolidação de Contas

4

Fluxos de Caixa Consolidados

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

ENTIDADE: GRUPO MUNICIPAL

ANO: 2014

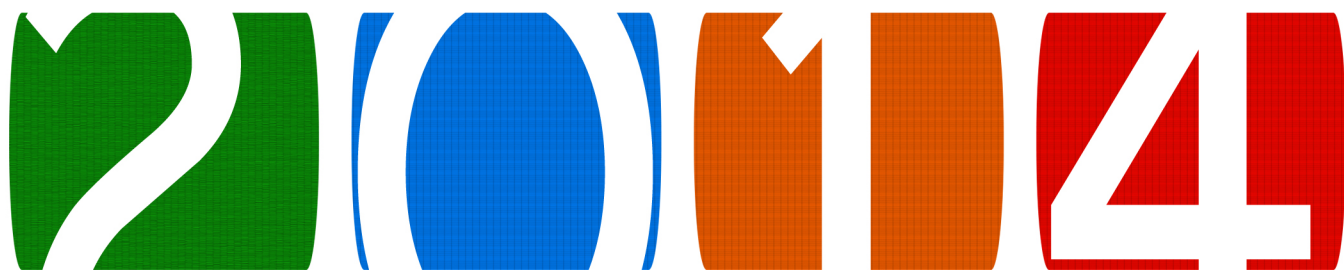
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da Gerência anterior		12 815 474,75	Despesas Orçamentais		95 908 687,34
Execução Orçamental	8 933 825,67		Correntes	75 338 929,50	
Operações de Tesouraria ..	3 881 649,08		Capital	20 569 757,84	
Receitas Orçamentais		94 535 880,89	Operações de Tesouraria		7 449 355,96
Correntes	86 151 861,14		Saldo para a Gerência Seguinte		11 704 603,60
Capital	8 373 997,97		Execução Orçamental	7 561 019,22	
Outras	10 021,78		Operações de Tesouraria	4 143 584,38	
Operações de Tesouraria		7 711 291,26			
Total		115 062 646,90	Total		115 062 646,90

ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de _____ de ____

ORGÃO DELIBERATIVO

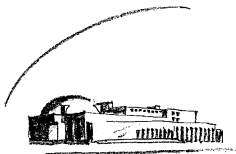
Em ____ de _____ de ____



Consolidação de Contas

5

Anexo às Demonstrações
Financeiras Consolidadas



INTRODUÇÃO

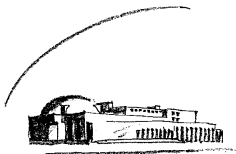
O Município de Matosinhos apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, relativas ao exercício de 2014, reportado a 31 de dezembro.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece o novo regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, revogando a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais), estabelecendo mudanças legislativas significativas relativamente à Prestação de Contas Consolidadas.

Na ausência de procedimentos contabilísticos de consolidação no POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais) adotou-se o disposto na portaria n.º 474/2010, de 1 de julho, que aprova a Orientação n.º 1/2010, relativa à “Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo”, onde se indicam um conjunto de princípios orientadores da consolidação de contas no setor público administrativo, definindo os requisitos mínimos para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Sem prejuízo no disposto nessa portaria, o grupo de trabalho de apoio técnico na aplicação do POCAL (SATAPOCAL) emanou a 28 de abril de 2010 as instruções a seguir na consolidação de contas.

Este novo normativo legal nos art.º 75º e 76º da Lei n.º 73/2013, define as novas regras para a consolidação de contas. Em relação à anterior lei verifica-se a alteração no perímetro de consolidação. Em suma o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

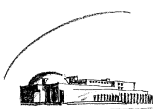
As notas do presente Anexo incluem as informações financeiras sobre os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação, mapa de endividamento de médio longo prazo, bem como os mapas exigidos pelo n.º 7 do art.º 75 da Lei n.º 73/2013, nomeadamente Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxos de Caixa Consolidados.



1. Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas:

1.1 Entidades Incluídas na Consolidação

Do cumprimento no disposto no n.º3 do art.º75 da Lei n.º 73/2013 – Regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais e após análise às entidades suscetíveis de inclusão no perímetro de consolidação, surge o grupo municipal composto pelas seguintes entidades:



Entidade Mãe - Município de Matosinhos

Sede Social - Avenida D. Afonso Henriques, 4454-502 Matosinhos

Atividade Principal - Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei n.º 5-A/2002 e Lei n.º 75/2013, nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, saúde, ordenamento do território, cultura, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, saneamento e resíduos sólidos, energia, comércio e turismo.



MS – Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e Lazer, E.M.

Sede Social - Rua Nova do Estádio 244, 4460-381 Senhora da Hora

Atividade Principal - Planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de actividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo.

Detida a 100% pelo município.

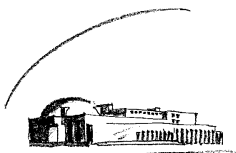


MatosinhosHabit – MH, Empresa Municipal de Habitação de Matosinhos, EM

Sede Social – Rua Alfredo Cunha 99 1º, 4450-023 Matosinhos

Atividade Principal - Gestão patrimonial, social e financeira dos empreendimentos e outros fogos do património da Empresa e do Município. Promoção da conservação e da manutenção do parque habitacional privado, em sede designadamente de vistorias de salubridade.

Detida a 100% pelo município.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

Trabalhadores ao serviço por categoria em 31/12/2014:

Categoria	N.º Trabalhadores		
	Município de Matosinhos	MS Matosinhos Sport, EM	Matosinhos Habit MH, EM
Administrador	-	1	1
Dirigente Superior	3	-	-
Dirigente Intermédio	39	5	6
Técnico Superior	413	19	27
Assistente Técnico	271	57	11
Assistente Operacional	874	73	6
Informática	15	-	-
Polícia Municipal	35	-	-
Outros	25	-	-
TOTAL	1.675	155	51

3. Informações de procedimentos de consolidação:

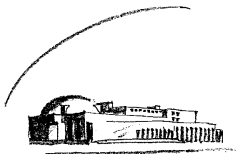
Como o município detém 100% do capital das participadas, aplica-se no grupo consolidado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração nas demonstrações financeiras da entidade consolidante dos elementos constantes das demonstrações financeiras das entidades consolidadas.

Para garantir uma uniformização da informação das diversas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos para o POCAL, através de reclassificações e ajustamentos que se revelam necessários, os documentos de prestação de contas das entidades consolidadas, uma vez que são concebidos em SNC – Sistema de Normalização Contabilística.

4. Informações sobre o Endividamento de médio e longo prazo

O grupo municipal apresenta o endividamento de médio longo prazo da seguinte forma:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
Empréstimo de médio longo prazo	35.640.978,15€			35.640.978,15€
Fornecedores c/c	268.129,08€			268.129,08€
Fornecedores de imobilizado	660.162,28€	74.297,46 €	150.491,60€	884.951,34€
TOTAL	36.569.269,51€	74.297,46€	150.491,60€	36.794.058,57€



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2014

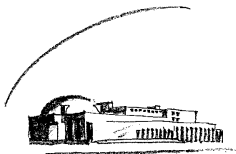
Daqui a quatro anos, caso não haja recurso a mais endividamento de médio e longo prazo, o grupo municipal apresentará previsionalmente as seguintes dívidas a médio longo prazo:

Designação das contas	Município Matosinhos	Matosinhos Sport	Matosinhos Habit	Grupo Municipal Consolidado
<i>Empréstimo de médio longo prazo</i>	34.908.067,12€	0,00€	0,00€	34.908.067,12€

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros

Os saldos e fluxos financeiros (n.º1 do art.º 46º da LFL) da entidade consolidante e consolidadas resultam nos seguintes mapas, não se verificando operações entre a Matosinhos Habit e Matosinhos Sport.

Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MH - Matosinhos Habit, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências (COBERTURAS CH)		365 695,23 €		365 695,23 €	- €					
Transferências (REQUALIFICAÇÃO CH)	98 823,80 €	240 086,82 €		338 910,62 €	- €					- €
Transferências (FOGOS DEVOLUTOS)		140 846,59 €		140 846,59 €	- €					
Transferências (RENDAS CONTRATO COMODATO)		410 138,80 €		410 138,80 €	- €					- €
Subsídios (CONTRATO PROGRAMA)		345 000,00 €		345 000,00 €	- €					- €
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais					- €					- €
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €	1 724,30 €				1 724,30 €
Total	98 823,80 €	1 501 767,44 €	- €	1 600 591,24 €	- €	1 724,30 €	- €	- €	- €	1 724,30 €



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2014

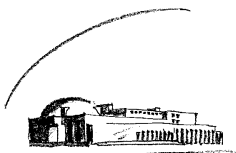
Tipo de Fluxos	Câmara Municipal e MS - Matosinhos Sport, EEM									
	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no	Anulações no exercício	Pagamentos no Exercício	Saldo Final	Saldo inicial	Direitos constituídos no	Anulações no exercício	Recebimentos no Exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					- €					- €
Subsídios (Subsídios à Exploração)	276 557,56 €				276 557,56 €	574 251,45 €				574 251,45 €
Subsídios (Indemnizações Compensatórias)					- €	36 846,91 €				36 846,91 €
Subsídios (Contrato Programa - Defices exploração e Preços Sociais)	558 968,44 €	- €		558 968,44 €	- €					- €
Empréstimos					- €					- €
Relações comerciais					- €	89 567,58 €				89 567,58 €
Serviços de Salvamento Balear	43 556,45 €	90 621,48 €		134 177,93 €	- €					- €
Contrato Programa		345 500,00 €		345 500,00 €	- €					- €
Execução de Programas de Actividade Física e de Desporto, Formais e Informais e Eventos	50 142,86 €	- €		50 142,86 €	- €					- €
Atividades de Enriquecimento Curricular	16 565,05 €	- €		16 565,05 €	- €					- €
Aluguer de Instalações para prática de Atividades físicas e desportivas		232 936,53 €		232 936,53 €	- €					- €
Protocolo de assunção de custos de utilização de complexos desportivos e piscinas municipais	164 344,34 €	- €		164 344,34 €	- €					- €
Indemnização Danos Janeiro 2013	42 709,31 €	- €		42 709,31 €	- €					- €
Compensação Financeira art. 40º lei 50/12		546 007,50 €			546 007,50 €					
Participações do capital em numerário					- €					- €
Participações do capital em espécie					- €					- €
Outros					- €					- €
Total	1 152 844,01 €	1 215 065,51 €	- €	1 545 344,46 €	822 565,06 €	700 665,94 €	- €	- €	- €	700 665,94 €

6. Informações relativas a compromissos

No balanço consolidado figuram todos os compromissos assumidos pelo município para exercícios futuros relativo à entidade consolidante.

As entidades do grupo consolidado apresentam em 31/12/2014 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

Entidade – Grupo Consolidado	Beneficiário	Descrição	Valor
Município de Matosinhos	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	Processo de execução fiscal n.º 1821201301141589	417.588,85€
	Instituto Biblioteca Nacional Livro	Candidatura referente à Biblioteca	53.870,17€
Matosinhos Sport	Direção de Finanças do Porto – Serviço de Finanças de Matosinhos 1	Processo de execução fiscal n.º 18212010010802499	1.881.556,16€



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

Matosinhos Habit	ATA – antiga Direção Geral Contribuições e Impostos	IRC 2003	181.059,48 €
		IRC 2004	159.942,44 €
		IRC 2005	233.146,30 €
	TOTAL		2.927.163,40 €

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram cumpridos os critérios valorimétricos definidos no ponto 4 do POCAL. Nas entidades incluídas no perímetro de consolidação foram convertidos os seus próprios critérios de valorimetria em critérios uniformes ao grupo público.

7.1 Imobilizações

Os ativos imobilizados do grupo municipal foram registados pelo custo de aquisição, deduzindo as respetivas depreciações e provisões. Nos casos em que não é conhecido o valor de aquisição, procede-se à devida avaliação, segundo os critérios adequados.

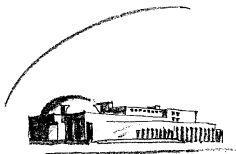
As despesas de reparação e manutenção sem grande relevo são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As amortizações como definido no ponto 2.7.2. do POCAL foram efetuadas segundo o método das quotas constantes.

Investimentos Financeiros

Quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objeto da correspondente redução, através da conta apropriada (provisão).

Os Investimentos Financeiros (partes de capital) foram contabilizados pelo custo de aquisição. Excepto quando à data do balanço tiverem um valor inferior ao registado na contabilidade, podem ser objecto de redução, considerando o Método de Equivalência Patrimonial, aplicando a NCRF 13 «Interesses em empreendimentos conjuntos e Investimentos em associadas», publicada no Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro.



7.2 Locação Financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizadas pelo método financeiro. De acordo com este método o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. Os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do ativo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

7.3 Existências

As existências são valorizadas ao custo médio ponderado (a seis casas decimais, diferindo portanto, em arredondamentos com os valores na aplicação de contabilidade que executa a duas casas decimais).

7.4 Provisões

As provisões são calculadas com base no princípio da prudência.

São calculadas de acordo com o estabelecido no ponto 2.7.1 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

7.5 Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam, sendo expressas em euros.

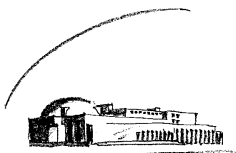
7.6 Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e em depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, sendo os mesmos expressos em euros.

7.7 Especialização do exercício

No grupo consolidado municipal cada uma das entidades registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização de exercícios. As receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas na rubrica “Acréscimos e Diferimentos”.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

8. Informações diversas

a) Comentário das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento».

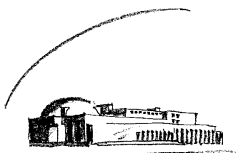
No ano de 2014 na rubrica de despesas de instalação, de investigação e de desenvolvimento registou-se a aquisição de cartografia homologada do concelho de Matosinhos no valor de 79.589,73€.

b) Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

A 31 de dezembro de 2014 as rubricas dos bens de imobilizado do grupo municipal, relativos ao ativo bruto e amortizações apresentam os seguintes valores:

ATIVO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERENCIAS	ABATES	DOAÇÕES E TRANSFERENCIAS DE/ PARA OUTRAS ENTIDADES	SALDO FINAL
DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	6.096.752,43	0,00	7.481.243,50	0,00	-2.342,17	1.724,68	-20.250,00	13.598.863,42
EDIFÍCIOS	2.940.055,61	0,00	189.572,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.129.627,61
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	244.270.438,87	0,00	40.506,78	0,00	-5.220.344,61	0,00	0,00	249.531.290,26
BENS PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTIST. E CULTURAL	2.158.019,72	0,00	3.050,40	0,00	0,00	0,00	0,00	2.161.070,12
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.558.452,62	0,00	0,00	0,00	-82.817,80	0,00	0,00	1.641.270,42
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	8.671.286,47	0,00	2.881.446,44	0,00	5.540.055,85	0,00	0,00	6.012.677,06
ADIAANT. POR CONTA DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO								
DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	17.657,45	0,00	0,00	0,00	0,00	17.657,45	0,00	0,00
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO	1.687.638,80	0,00	79.589,73	0,00	0,00	0,00	0,00	1.767.228,53
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	179.187,65	0,00	10.829,04	0,00	0,00	0,00	0,00	190.016,69
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	196.478,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	196.478,93
DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	132.315.034,46	0,00	5.690.356,97	0,00	0,00	968.534,50	-334.612,50	137.371.469,43
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	433.839.957,77	0,00	11.898.896,15	0,00	-9.754.629,23	5.649.087,91	0,00	449.844.395,24
EQUIPAMENTO BÁSICO	13.216.363,34	0,00	355.534,97	486,00	-564.731,30	121.227,07	0,00	14.014.916,54
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.709.087,24	0,00	14.323,34	0,00	0,00	1.095.579,57	0,00	3.627.831,01
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.562.647,10	0,00	8.978,07	0,00	0,00	0,00	0,00	1.571.625,17
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	8.179.248,43	0,00	611.443,99	0,00	-109.120,84	12.534,21	0,00	8.887.279,05
TARAS E VASILHAME	569,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	5.818.024,08	0,00	4.199.245,44	0,00	-288.170,13	48.413,37	0,00	10.257.026,28
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	34.477.804,97	0,00	6.300.484,20	0,00	10.482.100,23	118.799,06	0,00	30.177.389,88
ADIAANTAMENTOS POR CONTA DE IMOB. CORPÓREAS	70.373,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.373,64
DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:								
PARTES CAPITAL	1.329.152,99	0,00	0,00	0,00	0,00	398,99	0,00	1.328.754,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	125,47	0,00	0,00	0,00	0,00	125,47
Total	903.294.231,81	0,00	39.765.626,49	486,00	0,00	8.033.956,81	-354.862,50	935.380.277,99



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

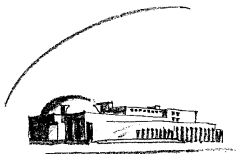
DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<i>DE BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
EDIFÍCIOS	182.469,67	39.295,44	0,00	221.765,11
OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	170.988.126,55	13.620.143,33	136.096,49	184.744.366,37
BENS DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	151.996,53	25.376,39	0,00	177.372,92
OUTROS BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	371.305,59	36.133,41	0,00	407.439,00
<i>DE IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:</i>				
DESPESAS DE INSTALAÇÃO	17.657,45	0,00	-17.657,45	0,00
DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO	1.561.786,11	107.985,43	0,00	1.669.771,54
PROPRIEDADE INDUSTRIAL E OUTROS DIREITOS	68.578,25	12.754,37	0,00	81.332,62
<i>DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:</i>				
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	82.103.001,61	11.169.859,38	377.175,61	93.650.036,60
EQUIPAMENTO BÁSICO	11.076.485,21	635.114,55	343.097,92	12.054.697,68
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	4.401.545,51	88.519,31	-1.095.579,57	3.394.485,25
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.554.040,43	3.691,80	0,00	1.557.732,23
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	7.697.809,50	628.450,38	58.322,42	8.384.582,30
TARAS E VASILHAME	569,24	0,00	0,00	569,24
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	3.849.224,73	2.473.504,04	95.754,13	6.418.482,90
<i>DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS:</i>				
PARTES DE CAPITAL	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	284.034.596,38	28.840.827,83	-102.790,45	312.772.633,76

c) Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável

d) Montante dos ajustamentos de valor dos ativos abrangidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e de provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não aplicável



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

e) Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de elementos do activo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adoptados, e os respectivos preços de mercado.

Não aplicável

f) Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do preço do mercado.

Não aplicável

g) Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável

h) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

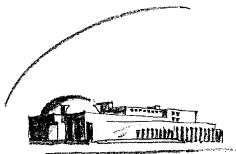
Das entidades do grupo consolidado apenas o município apresenta em 31/12/2014 as seguintes garantias prestadas a terceiros:

<i>Entidade – Grupo Consolidado</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor</i>
Município de Matosinhos	Manuel Mota, Freitas & Teixeira	Aquisição de caloríferos catalíticos	60,00 €
	EDP Gás	Tanatório de Matosinhos	240,00 €
	TOTAL		300,00 €

i) Diferença, quando levada ao activo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

j) Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de actividades.



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

Designação	Município Matosinhos	Matosinhos Habit MH, EM	MS - Matosinhos Sport, EM	Correcções/Anulações Consolidação	Total Consolidado
Vendas	74.813,25€				74.813,25€
Prestações de Serviços	10.540.476,40€	3.881.397,30€	3.601.090,34€	-1.225.340,21€	16.797.623,83€

k) Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos e decorrentes de amortizações e de provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação;

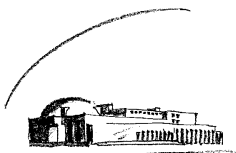
Não aplicável.

l) Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros;

Não aplicável.

m) Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

Entidade	Remunerações	
	Órgão Executivo	Órgão Fiscalização
Município de Matosinhos	217.499,47€	18.265,56€
Matosinhos Habit MH, EM	44.347,10€	5.904,00€
MS - Matosinhos Sport, EM	45.340,16€	6.150,00€
Total	307.186,73€	30.319,56€



**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

n) Indicação dos diplomas legais em que se baseou a reavaliação de imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como explicitação dos processos de tratamento de inflação adoptados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não aplicável.

o) Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações.

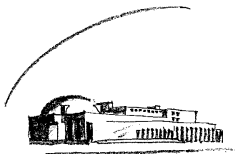
Não aplicável.

p) Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados cujo conteúdo não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não aplicável.

q) Demonstração de Resultados Financeiros Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2014	2013	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2014	2013
681	Juros suportados	900.219,50€	854.501,18€	781	Juros obtidos	74.729,66€	128.411,26€
682	Perdas em entidades participadas			782	Ganhos em entidades participadas		
683	Amort. de investim em imóveis			783	Rendimentos de imóveis		
684	Provisões p/ aplicações financeiras			784	Rendim. de particip. de capital	107.554,68€	218.535,23€
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis			785	Diferenças de câmbio favoráveis		
687	Perdas na alienação de aplic. tesour.			786	Descontos pronto pagam. obtidos		
688	Outros custos e perdas financeiros	22.048,65€	32.565,18€	787	Ganhos na alienação aplic. tesour.		
	<i>Resultados financeiros</i>	-611.926,09€	-395.950,08€	788	Outros prov. e ganhos financeiros	128.057,72€	144.169,79€
TOTAL		310.342,06€	491.116,28€	TOTAL		310.342,06€	491.116,28€



ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2014

r) Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidada:

Código das Contas	Custos e Perdas	2014	2013	Código das Contas	Proveitos e Ganhos	2014	2013
691	Transf. Capital Concedidas	2.741.120,13€	2.144.889,98€	791	Restituição de impostos		
692	Dívidas incobráveis	2.343,62€		792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em existências	2.255,04€	1.352,65€	793	Ganhos em existências	662,73€	52.418,78€
694	Perdas em imobilizações	1.447,05€	1.759.464,44€	794	Ganhos em imobilizações	518.491,34€	30.298,00€
695	Multas e penalidades	1.177,40€	1.030,08€	795	Benefícios de penalid. contratuais	963.071,51€	2.051.231,11€
696	Aumentos de Amort. e provisões			796	Redução de Amortiz. e provisões	1.067.008,77€	8.534.257,99€
697	Correcções relativas a ex. anteriores	1.270.916,31€	573.006,40€	797	Correcções relativas ex. anteriores	494.121,60€	1.072.982,13€
698	Outros custos/perdas extraordinários	340.082,37€	4.145.838,27€	798	Outros prov./ ganhos extraordinár.	7.683.116,86€	6.955.161,64€
	<i>Result. Extraordinários</i>	<i>6.367.130,95€</i>	<i>10.717.67,83€</i>				
TOTAL		10.726.472,87€	18.697.349,65€	TOTAL		10.726.472,87€	18.697.349,65€

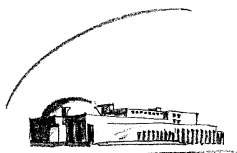
s) Desdobramento das contas de provisões acumuladas:

Código das contas	Designação	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0€	0€	0€	0€
291	Provisões para cobranças duvidosas	16.658.012,84€	605.759,32€	1.445.473,58€	15.818.298,58€
292	Provisões para riscos e encargos	9.904.092,90€	2.679.294,07€	0€	12.583.386,97€
39	Provisões para depreciações de existências	0€	0€	0€	0€
49	Provisões para investimentos financeiros	10.000,00€ ⁽¹⁾	0€	0€	10.000,00€

⁽¹⁾ Valor relativo à participação financeira no LEIXÕES SPORT CLUB - FUTEBOL, S.A.D., do Município.

t) Bens utilizados em regime de Locação Financeira:

A 31 dezembro de 2013 foram transferidos para o município bens adquiridos pela Matosinhos Sport com recurso a contratos de locação financeira e assumidos créditos relativos a obras de beneficiação realizadas em bens na posse do município. Os respetivos contratos de locação de financeira foram objeto de cessão para o Município no ano 2014 tendo-se desenvolvido ao longo do ano diversas formalidades legais, nomeadamente a submissão a fiscalização do Tribunal de Contas. Os valores desses contratos refletem-se no mapa abaixo:



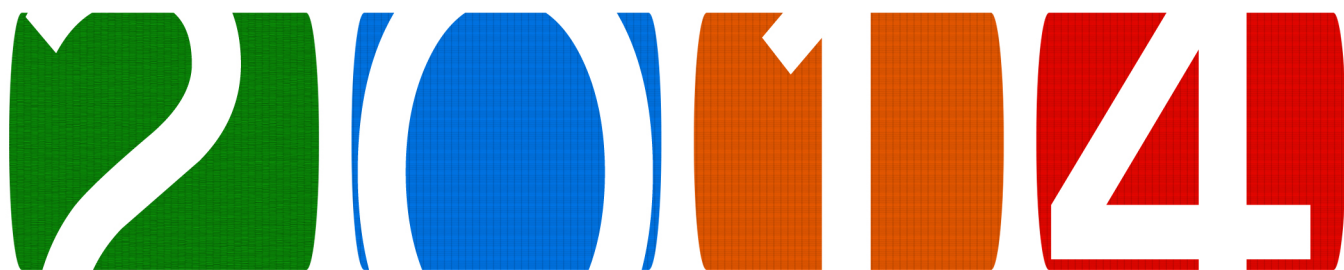
**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS
2014**

Entidade	Descrição	Locador	Contrato N.º	Data Contrato	Valor Contabilístico (V. Líquido)
MUNICIPIO	Tractor Agrícola Jonh Deere 6620 Cabina 4 Rm [91-Cq-67]	Caixa Leasing & Factoring, S.A.	327952	11-04-2007	13.455,07 €
	Viatura Scania P270 Cb 4x2 Mnz Cp 114 [00-Ef-65]	Caixa Leasing & Factoring, S.A.	332814	28-09-2007	22.559,61 €
MS- MATOSINHOS SPORT, EM	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	192096	15-11-2010	111.151,83 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	193559	15-11-2010	72.916,67 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	193558	01-01-2011	100.182,84 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	193560	15-02-2011	109.195,83 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	194701	15-02-2011	91.839,78 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195941	15-02-2011	105.923,91 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195945	15-02-2011	113.218,56 €
	Obras em Imóveis Alheios	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195758	15-03-2011	102.175,09 €
	Aquisição Equipamento Básico	Totta-Crédito Especializado, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	195939	15-04-2011	3.694,31 €
	Obras em Imóveis Alheios	Banco Santander Totta, S.A.	193557	15-09-2011	126.665,57 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	100045202	10-01-2011	99.090,60 €
	Obras em Imóveis Alheios	Caixa Leasing e Factoring, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	100045203	01-03-2011	29.852,22 €
	Aquisição Equipamento Básico	Banco Santander Totta, S.A.	200987	15-01-2013	2.396,00 €
MH - MATOSINHOS HABIT, EM	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	196501	02-05-2011	166.213,57 €
	Coberturas Autoportantes	Santander Totta Leasing	202132	15-06-2013	226.525,00 €
	Automóvel	BPI Leasing	2010004040	05-05-2010	0,00 €
TOTAL					1.497.056,46 €

Em janeiro de 2015 remete o Tribunal de Contas a recusa de visto àquelas cessões de posição contratual em locação financeira, pelo que os mesmos foram retransmitidos à Matosinhos Sport, E.M..

u) Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do balanço consolidado, quando nele não estiverem evidenciadas.

Não aplicável.



Consolidação de Contas

6

Certificação Legal das Contas

RELATÓRIO E PARECER SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal
da Câmara Municipal de Matosinhos**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Câmara Municipal de Matosinhos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os quais são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo e dos diversos serviços e das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, a Demonstração consolidada de resultados, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados. Adicionalmente, analisámos o Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Órgão Executivo. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas Consolidadas que inclui no seu parágrafo 9 uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que apesar do descrito no parágrafo 9 da Certificação Legal das Contas Consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão estão de acordo com as disposições contabilísticas e legais aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Reunião da Assembleia Municipal.

Desejamos ainda manifestar ao Órgão Executivo e aos serviços do Município e das entidades participadas o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 2 de junho de 2015

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por Carla Manuela Serra Gerales (ROC n.º 1127)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Matosinhos, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 668.485.469 Euros e fundos próprios de 459.428.630 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.915.915 Euros), a Demonstração consolidada de resultados por naturezas, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas ao balanço consolidado e à Demonstração consolidada de resultados.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira do conjunto das entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das entidades incluídas na consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Matosinhos e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2014 bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o Sector das Autarquias Locais.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório Consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Ênfase

9. Na elaboração do Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, e tal como aconteceu nos exercícios anteriores, o Município de Matosinhos acolheu a sugestão do modelo de estrutura de anexo ao balanço consolidado e à demonstração consolidada de resultados constante das instruções emanadas pelo SATAPOCAL.

Porto, 2 de junho de 2015

Horwath & Associados, SROC, Lda
Representada por Carla Manuela Serra Geraldès (ROC 1127)